

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.821 - SP (2019/0240069-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : INFINITE BANK S/A  
**ADVOGADOS** : RAFAEL FERNANDES MACIEL - GO021005  
DARIO FLORINDO DA SILVA - GO035759  
DJEISON BRUNO LIPPERT SCHEID - GO054332  
**AGRAVADO** : DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA  
**ADVOGADOS** : MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS -  
SP069842  
FERNANDO BERTOLOTTI BRITO DA CUNHA - SP274833  
JOÃO PAULO PESSOA - SP273340  
PÂMELA MAYUMI YVAMOTO - SP391728  
TAIANE COLLA - SP411542

**DESPACHO**

Trata-se de agravo manejado em face de decisão que não admitiu o recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 410):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXECUÇÃO DE GARANTIA - Contrato administrativo de prestação de serviços celebrado pela DERSA com empresa privada - Rescisão administrativa unilateral do contrato administrativo por inexecução - Aplicação de multa contratual nos termos dos artigos 78, 76 e 87 da Lei nº 8.666/93 - Contrato administrativo garantido por carta de fiança DERSA que pretende a execução da garantia para pagamento da multa contratual imposta - Instituição fiadora/garantidora que sustenta a não cobertura de multas contratuais, mas apenas de prejuízos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, nos quais haja condenação judicial - Descabimento - Previsão expressa na Carta de Fiança nº 1743/01 da contemplação da cobertura de multas contratuais previstas na Lei nº 8.666/93 - Eventual contradição na redação da carta de fiança que constitui erro da própria garantidora - Requisitos observados - Inaplicabilidade do benefício de ordem, insculpido nos artigos 827 e 828 do Código Civil, em se tratando de relação regida pelas cláusulas do contrato administrativo e preceitos do direito público - Sentença mantida - Recurso improvido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ao proferir sentença nos embargos à execução, o Juízo de origem esclareceu que "a relação jurídica discutida nos autos possui natureza de direito público, pois a afiançada, empresa contratada, firmou contrato oriundo de licitação, cujas normas que regem o contrato administrativo são de direito público e não do art. 827 do Código Civil, que estabelece direitos e obrigações oriundos de relações de direito privado" (e-STJ, fls. 358-359).

Desse modo, considerando a natureza jurídica da relação litigiosa, entendo que a matéria está inserida na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a teor do disposto no art. 9º, § 1º e incisos, do Regimento Interno do STJ.

Em face do exposto, determino a redistribuição do presente recurso especial a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora